

# Ler as letras e ser fecundas: mulheres na escola e no mundo da casa<sup>1</sup>

Jane Soares de Almeida

**Resumo:** Na História das Mulheres é possível apreender o significado social do relacionamento entre os sexos utilizando-se dos estudos de gênero, como paradigma da crítica teórica feminista. Este paradigma fornece importantes elementos de análise para se inserir as mulheres como sujeitos históricos, eliminando-se a invisibilidade de décadas passadas, quando estas não apareciam como atores sociais. Para escrever essa História, fontes nem sempre consideradas na historiografia oficial podem ser utilizadas nas análises assim como as articulações entre o espaço público e o privado. Foi necessário muito tempo para o reconhecimento de que a vida das mulheres não se esgota na domesticidade. O século XX, como período de protestos femininos em busca de maiores direitos, em especial o voto e a educação formal, promoveu o que já vinha se edificando no século XIX: o reconhecimento de que a outra metade da humanidade possuía aspirações que não se limitavam à maternidade e ao desempenho doméstico, numa prática de submissão aos homens por demais estruturada em séculos anteriores.

**Palavras-chave:** Mulheres. Educação. Gênero. História.

## Reading the letters and being fruitful: women at school and in the world of homemaking

**Abstract:** In the history of women it is possible to apprehend the social significance of the relationship between the sexes *by the application of* gender studies, as a paradigm of critical feminist theory. This paradigm provides important elements of analysis for the *introduction* of women as historical subjects, eliminating the invisibility of past decades, when women did not appear as social agents. To write this *history*, sources *which are not* always considered in the *official* historiography can be used in the analysis, *along with* the *articulations* between the public and private sectors. *A long period of time was necessary* for the recognition that women's lives are not exhausted in domesticity. The twentieth century, as a period of protests for women seeking greater rights, in particular the vote and formal education, promoted *what was already being constructed* in the 19th century: the recognition that the other half of humanity had aspirations that were not limited to motherhood and the domestic performance, a practice of submission to men structured *by others* in previous centuries.

**Keywords:** Women. Education. Gender. History.

---

<sup>1</sup> Pesquisa financiada pelo CNPq na modalidade Produtividade em Pesquisa.

O homem faz as leis, a mulher modela os caracteres. O homem faz as revoluções, a mulher é a propulsora da evolução. Ele é o futuro renovador, ela o presente conservador. Um é o rio que corre, outro é o mar, fonte essencial da vida, que pela evaporação gera todos os rios e ao qual todos eles vão ter. (Sana-Khan)

## Introdução

O conceito de gênero e seu uso como categoria científica, que expressa as relações sociais entre os sexos e leva a elaborações teóricas sobre as relações de poder, surgiu da necessidade de pensar o feminismo a partir de uma perspectiva diferenciada. As novas gerações feministas incorporam a diferença como construção cultural que diz respeito aos dois sexos, ressaltando o princípio da *igualdade na diferença*. Esse conceito defende que entre os sexos existem diferenças físicas, biológicas, psíquicas e comportamentais, mas esses atributos diferenciados não se constituem em aval para a opressão de um sobre outro sexo.

De um modo geral, o gênero é entendido como uma construção social, histórica e cultural, organizada sobre as diferenças sexuais e as relações de poder, revelando conflitos e contradições que marcam uma sociedade assinalada pela desigualdade, seja ela de classe, raça, etnia ou gênero. Na asserção que o equipamento biológico natural não era passível de clarificar as diferenças existentes entre homens e mulheres, foi possível um novo olhar que pudesse considerar o protagonismo das mulheres na História, abandonando-se o enfoque naturalista. Este enfoque, ao alijar do sexo feminino a condição de seres políticos e históricos serviu para justificar os mecanismos de opressão e submissão, de origem sexual, da mesma forma que as teorias totalitaristas justificaram as desigualdades, com origem na raça, crença religiosa ou poder econômico (ALMEIDA, 2007).

Nos estudos de gênero considera-se que a subordinação do sexo feminino ao sexo masculino é mais um mecanismo de controle social sobre os dois sexos, o que também significa uma relação de poder. O poder visa, sobretudo, o regramento de hábitos e costumes, a higienização e moralização de comportamentos e induz ao pleno acatamento dos preceitos legais, sociais e religiosos o que leva inevitavelmente ao ideal positivista da Ordem e do Progresso. Esse ideal mantém os privilégios do grupo minoritário, seja quanto à classe social, seja quanto ao sexo.

No passado, essa ideologia se evidenciou no liberalismo, e a educação escolar representou um dos grandes instrumentos de sua manutenção.

O gênero procura dar significado às relações de poder e se configura como um elemento estabelecido nas relações sociais, baseado sobre as diferenças entre os sexos, que se manifesta como um meio de decodificar o sentido e compreender a complexidade presente no meio social. O gênero é uma categoria teórica que se refere a um conjunto de significados e símbolos construídos sobre a base da diferença sexual, utilizados na compreensão das relações entre homens e mulheres. Desse modo, gênero não significa o mesmo que sexo dado que este se refere à identidade biológica e o gênero diz respeito à sua construção dos indivíduos como masculino ou feminino. Enquanto as diferenças sexuais biológicas são naturais e imutáveis, o gênero é estabelecido por ajustes sociais e varia segundo a época e os seus padrões culturais, podendo ser modificado.

O poder está em todos os pontos da relação entre essas categorias sociais, configurando-se numa rede complexa. O conceito de poder revela um caminho para articular gênero com outras variáveis e as relações são formadas pelos discursos nos *campos de forças sociais* e a adoção do gênero, como categoria científica que ultrapassa esse círculo, permite o entendimento das relações de poder que estão ligadas a um processo de construção social. Essas relações estão presentes em todas as instâncias e o gênero não pode ser entendido com uma simples categoria, mas também como uma relação de poder, quando esta se estrutura no campo social. As práticas e os sujeitos são efeitos de poder e saber, os quais são fabricados nas diversas instituições sociais; assim como as práticas culturais nos ensinam os sentidos que atribuímos aos gestos, aos comportamentos, às pessoas e a nós mesmos.

### **Gênero e discriminação social: a fecundidade como qualidade feminina**

A educação é o lócus privilegiado para abordar problemas como o preconceito e a discriminação. A discriminação de qualquer origem é o pano de fundo para o exercício do poder levado às últimas consequências. Discriminar é negar o outro, é não reconhecer seus direitos nem seu direito a ter direitos. A discriminação sexual submete a outra metade da Humanidade ao jugo do poder baseado em diferenças naturalizantes. Assim, estabelece-se que ser homem é o modelo a ser seguido como símbolo de força e êxito, ser mulher representa a submissão, a fragilidade e a

incapacidade. Nessa rede de significações simbólicas, a discriminação leva ao preconceito e cria-se a imagética da incapacidade: mulheres não servem para tais cargos, tais ofícios, tais projetos. Esses cargos, ofícios e projetos são os mais valorizados socialmente e melhor remunerados no mundo do trabalho.

Na imagética da incapacidade, todas as representantes do sexo feminino, independentemente de raça, classe social, idade ou nível de escolaridade, são incorporadas numa mesma categoria: o sexo. É no sexo, força motriz da raça humana, que se ancoram e edificam as relações de desigualdade. Nesse panorama, onde as relações de poder demonstram seu maior impacto, reside o paradoxo do subdesenvolvimento, pois, alijadas das esferas produtivas por conta da anatomia, as mulheres deixam de contribuir aos diversos campos da economia e da política, por motivos que vão desde impedimentos familiares ao preconceito, o que repercute no desenvolvimento geral.

Na esfera pública as mulheres sofrem impedimento de ascensão profissional por conta da imagética da incapacidade, mais os obstáculos concretos que enfrentam no mundo do trabalho. Na esfera privada, desde a infância, talentos femininos são desperdiçados e perdidos sob o ônus de uma cultura que ainda privilegia a maternidade e reforça o mito da rainha do lar, onde a realização pessoal é substituída pelo cuidado com os filhos e marido. O impedimento muitas vezes é disfarçado sob o manto pesado do amor e da responsabilidade doméstica: as mulheres vivem a angústia existencial de ser insubstituíveis, num conceito referendado por outra imagética, a da doação.

### **Mulheres na educação: mães e professoras**

No campo educacional, verificou-se desde o início do século XX, nos países ocidentais o processo da feminização do magistério. No Brasil, isso seria fortalecido após a República. Na reconfiguração da sociedade que se desejava progressista e esclarecida, com o potencial de regeneração nacional, havia a crença numa visão de escola que domesticava, cuidava, amparava, amava e educava. Essa crença teve prolongamento nas décadas seguintes à proclamação e, juntamente com as aspirações de unidade política e a proliferação de um discurso alvissareiro sobre a educação, colocaria nas mãos femininas a responsabilidade de guiar a infância e moralizar os costumes. A figura da mulher atuante na escola (mãe), que redimia e encaminhava

para uma vida de utilidade e sucesso foi esculpida em prosa e verso. Nessa visão se construiu a tessitura mulher-mãe-professora, aquela que iluminava na senda do saber e da moralidade, qual mãe amorosa debruçada sobre as frágeis crianças a serem orientadas e transformadas por dedos que possuíam a capacidade natural de desenhar destinos e acalentar esperanças, coadjuvantes inspiradas de uma escola que se erigia como transformadora de consciências.

Durante as primeiras décadas do século XX, o magistério representou praticamente a única carreira aberta às mulheres, apesar de algumas também procurarem pela enfermagem. O fato de não terem amplo acesso às demais profissões fez do magistério a opção mais adequada para o sexo feminino, o que foi reforçado pelos atributos de missão e vocação, além da continuidade no trabalho do lar. Mantinha-se, pois, a ordem social vigente e às mulheres que reivindicavam por educação se abria essa possibilidade, além do diploma que lhes permitisse sustentar-se em caso de necessidade.

A oferta de recursos humanos para o ensino primário que se expandia estava assegurada, e os lares não sofreriam a ausência feminina, dado que cuidar de crianças e educá-las era o *destino* que se esperava fosse cumprido, o que alicerçava o ideário proposto e perpetuava a tradição. O grande número de mulheres lecionando nas classes do primário era visto com agrado pelos dirigentes do sistema escolar, embora os atributos de missão, vocação ou sacerdócio para o desempenho da docência não se referisse apenas às mulheres, mas ao professorado de um modo geral. Professores e professoras estavam imbuídos do *dever sagrado* de conduzir as novas gerações no caminho da educação e da instrução, o que levaria ao progresso da nação. O magistério alicerçou-se como trabalho feminino em definitivo e manteve as prerrogativas conquistadas; a parcela conservadora masculina aceitou, sem mais protestos, com exceção de uma ou outra voz isolada, a profissão de professora.

Para as professoras da primeira metade do século XX, o magistério foi o ponto de partida, foi o *possível* naquele momento histórico; significou o trânsito do invisível para a visibilidade e a realização de algo que não fosse o serviço doméstico, como reduto privilegiado da feminilidade. O magistério era o trabalho intelectual e assalariado sem conotação pejorativa; tinha o poder de conceder uma palavra mais abalizada num meio ignorante; conferia mobilidade social, maior liberdade e respeito entre as classes trabalhadoras, e possibilitava melhor estatuto econômico. Isso era muito mais do que as mulheres haviam conseguido até então (ALMEIDA, 1998).

Atualmente, não só a maioria dos lares de baixa renda como também da classe média, são sustentados com o trabalho feminino. Como as mulheres dão conta do cuidado doméstico e materno com o exercício do trabalho fora do lar? Como sempre o fizeram suas antepassadas, usando recursos de muita engenhosidade e ao alcance daquilo que podiam realizar no mundo doméstico, desempenhando profissões como faxineiras, bordadeiras, cabeleireiras, manicuras, costureiras, quituteiras, cozinheiras, telefonistas, lavadeiras e muitas outras. Muitas chegam a desenvolver verdadeiras *indústrias domésticas* onde, pelas infinitas artes do mundo da casa conseguiram sustentar-se e aos filhos. Outras foram para as fábricas, o comércio, hospitais, onde salários inferiores lhes eram/são atribuídos, resultantes de uma visão equivocada sobre os vencimentos de uma mulher, segundo a qual estes são o segundo rendimento da família e, portanto, podem e devem ser menores.

Com maiores oportunidades, algumas conseguem estudar para ter um diploma e trabalham como professoras, enfermeiras, médicas, advogadas, bibliotecárias ou se arriscam no competitivo mundo da indústria, da mídia e do comércio. Enfim, o fato de serem mulheres fez com que desenvolvessem uma arte, a arte da sobrevivência num mundo eminentemente masculino, o que mantém sua atualidade (e dificuldades), nos tempos de hoje.

Apesar de conquistas na área de direitos humanos, ainda coexistem na sociedade do final do milênio estereótipos que continuam a definir os sexos pela crença em comportamentos tipificados para homens e mulheres. Disso resultam imagéticas e simbolizações que colocam homens e mulheres como opostos e não como parceiros, ao desconsiderar que as relações entre os sexos devem ultrapassar os termos da alteridade, representados pela relação *com* o outro e não *contra* o outro.

O século XXI conseguiu redesenhar uma nova geração feminina que se articula em torno da não subordinação aos modelos geradores de desigualdades que deram a tônica dos séculos XIX / XX e que assumiram caráter universal em décadas anteriores. A possibilidade de se profissionalizar através do magistério primário foi um meio das mulheres poderem vislumbrar uma chance de sustento, sem a obrigação do casamento ou a humilhação de viver da caridade alheia. O casamento nem sempre se realizava de acordo com os desejos das moças e também poderia não haver noivos disponíveis dentro das suas expectativas. Frustradas as possibilidades do matrimônio era necessário que se assegurasse um meio de sobrevivência que fosse digno e não representasse a vergonha de um trabalho braçal. Devido ao fato do cuidado com crianças não

fugir da maternidade, a mulher, desta vez como professora, poderia continuar desempenhando sua *missão* de acordo com o imaginário social.

As disputas por vagas hoje no mercado de trabalho estão voltadas para a capacidade cognitiva de cada profissional e para sua maneira de dominar os requisitos básicos para desenvolver uma determinada profissão. Excetuando alguns guetos masculinos reveladores da força da tradição, as mulheres podem desempenhar qualquer profissão e realizar qualquer tipo de trabalho onde a máquina, ao substituir a força física, derruba esse requisito, até então privilégio dos homens.

As inovações tecnológicas afetam as relações de gênero em termos de educação e trabalho no sentido que o mundo de hoje se assenta no conhecimento e em habilidades comuns aos dois sexos e os avanços da tecnologia podem muito bem colocar homens e mulheres em patamares igualitários. Para as mulheres, educar-se e instruir-se, mais do que nunca significou uma forma de quebrar os grilhões domésticos e conquistar o espaço público. Foi também a possibilidade de se adequarem às normas sociais e ao mundo novo que se descortinava e principiava a selecionar os mais preparados intelectualmente. Possuidoras dos saberes domésticos, e dos saberes privados sobre o mundo dos homens, desejavam o saber público, mesmo derivado do saber masculino e referendado com seu selo oficial. Esse saber público era, de certa maneira, a via de acesso ao poder. E o saber, assim como o poder é passível de confronto com os sistemas de desigualdade e de opressão.

### **O gênero na perspectiva feminista**

O movimento feminista pode ser considerado a ruptura que possibilitou uma das transformações mais radicais deste século que foi a modificação da posição das mulheres na sociedade ocidental. Em poucas décadas, o feminismo mudou relações de autoridade milenares, abalou a estrutura tradicional familiar e promoveu um rompimento com uma forma de alienação considerada absolutamente natural por séculos, definida pela submissão da mulher ao homem. No início do século XX, a crítica feminista que acompanhou a emergência do movimento nos Estados Unidos e na Europa, mesmo defendendo a igualdade de direitos, considerava as diferenças entre homens e mulheres do ponto de vista biológico, acatando a dicotomia existente entre o espaço público e o privado. Isso significava também aceitar a domesticidade e a

subordinação feminina ao modelo masculino, além de atrelar a essas diferenças naturais uma ideia de inferioridade das mulheres em razão de maior fragilidade física e intelectual, apesar de uma inegável superioridade do ponto de vista moral.

No entanto, a dupla moral sexual que concedia direitos aos homens e deveres para as mulheres, entre eles a exigência de fidelidade absoluta, já tinha sido questionado no século XVII pelas inglesas e no século XIX pelas feministas do *International Council of Women* que se reuniu em Washington em 1888. Na defesa dos direitos femininos não deixava de se considerar o matrimônio como destino inato das mulheres e a sua consequência, a maternidade, como suprema aspiração. As lutas por igualdade reivindicavam educação e instrução iguais para meninos e meninas, porém desde que fossem respeitadas as diferenças entre os sexos do ponto de vista da natureza de cada um, apelando para o exercício da cidadania através do direito ao voto, o que possibilitaria um maior trânsito no espaço público (ALMEIDA, 1998).

Na primeira metade do século XX, o apelo para o trabalho feminino na Europa e Estados Unidos, por conta das guerras, propiciou uma maior visibilidade às capacidades femininas fora do lar, mas os ganhos reais foram poucos e a tradição continuou ditando seu comportamento e limitando seu espaço fora das fronteiras domésticas. Concedia-se um pouco mais de liberdade, porém se normatizava condutas, impedindo a expansão da sexualidade e da conquista de profissões em desacordo com o que era socialmente aceito. Porém, desde os anos iniciais do século as lutas feministas não cessaram, tanto que em 1904 se criou nos Estados Unidos e Inglaterra, outra organização internacional: *The International Woman Suffrage Alliance* que se opunha aos comitês contra o sufrágio feminino que se haviam formado nos dois países, tomando inclusive posições internacionais numa época de extremo nacionalismo.

O Feminismo, nascido na França na primeira metade do século XIX, primeiramente surgiu como um movimento social e político de caráter reivindicatório e aos poucos foi ganhando maior visibilidade no meio científico e permitiu a emergência de um novo olhar sobre as mulheres. Dos brados iniciais das primeiras feministas que intentavam romper com os muros da domesticidade e ocupar, ainda que de forma restrita, parcelas do espaço público, chegou-se ao reconhecimento da crítica feminista em áreas das Ciências Humanas como a Antropologia, a Sociologia, a Demografia, a História, a Literatura, a Saúde e Sexualidade, a Psicanálise, a Ciência Política, a Economia e, mais recentemente, a Educação. Esse reconhecimento trouxe inegáveis contribuições para a construção de um campo epistemológico no qual se leva em conta que o

mundo pertence aos dois sexos, apesar das relações de dominação/subordinação entre ambos sempre se estabeleceu no decorrer da História da Humanidade (MICHEL, 1979).

Nos finais dos anos 1960 e mais acentuadamente nos anos 1970, o movimento feminista que havia passado por um período de estagnação nos vários países do mundo ocidental, ressurgiu com força na Europa e nos Estados Unidos. Emergiu nesse período uma consciência feminista que, na luta por igualdade e maiores direitos, rejeitava as diferenças naturais entre os sexos, reivindicando para as mulheres o mundo até então reservado apenas aos homens, disseminando-se um pensamento ideológico que desconsiderava aspectos diferenciados inerentes aos dois sexos. A ideologia do sexo masculino como opressor, a liberdade sexual obtida através de métodos contraceptivos mais eficazes e um maior acesso à escolarização e ao mercado do trabalho revelou para as mulheres que alcançaram o espaço público um mundo ainda voltado e preparado essencialmente para o modelo social masculino, onde seus representantes conseguiam os melhores postos e os melhores salários.

A partir da metade de 1980, a categoria gênero passou a ter lugar de destaque no pensamento feminista, que construiu uma crítica teórica, na qual as diferenças foram consideradas, porém não justificavam qualquer forma de opressão dos homens sobre as mulheres. O conceito nasceu do debate teórico acerca do conhecimento de que a realidade é socialmente construída e que cada ser humano tem o potencial e o direito de decidir o seu destino. Com isso se permitiu visibilidade a outros movimentos sociais emergentes liderados por minorias, cujo objetivo era a denúncia contra a discriminação, impondo-se a necessidade de um olhar diferenciado para as ambiguidades da ordenação social.

### **Os desafios do mundo privado interagir com a esfera pública**

Para as mulheres, a situação de inferioridade em que viviam no espaço privado, estendeu-se ao espaço público, tendo como agravante as dificuldades oriundas do meio familiar, representadas pela dupla jornada de trabalho e o cuidado com a família. Esculpia-se uma ambiguidade em relação ao sexo feminino: se, por um lado, existia o desejo de serem esposas e mães, por outro lado, o anseio de fazer parte da população economicamente ativa significava deixar o primeiro espaço ao abandono.

Em finais do século XX, as mulheres continuam se debatendo em torno desse problema,

apesar de conquistas como creches e escolas para cuidar das crianças, os métodos contraceptivos, os avanços da tecnologia e do setor de serviços tornando o serviço doméstico mais leve e uma incipiente possibilidade de mudanças de atitude entre os homens assumindo encargos na família, ainda restrita a poucos. Esses anos possibilitaram que a crítica feminista se voltasse para as questões de identidade e diferença, e a não separação de vida privada e pública, o que chegou mesmo a abrir espaços na imprensa, no cinema, na literatura, nas artes e na ciência levando inclusive ao reconhecimento dos estudos feministas como área de conhecimento e ao estabelecimento de uma cultura não sexista.

Nos anos 1990, a introdução da categoria gênero substituiu a noção de identidade ao considerar um mundo em que os avanços tecnológicos estavam imprimindo um novo ritmo. O surgimento de novas estruturas sociais, o que representou o aprofundamento e a expansão da crítica feminista. Esse pensamento constata que a superação de um sistema de desigualdades não se alcança somente pelo fato de que o considerado inferior obtenha os direitos e ocupe as mesmas posições do superior, pois numa ordem democrática não se eliminam os desequilíbrios e os mecanismos de dominação de forma tão simplificada.

As diferenças, do ponto de vista biológico são consideradas, dado que os dois sexos não são iguais entre si e essa desigualdade faz parte do jogo erótico da associação entre homens e mulheres. No entanto, essas diferenças não se constituem em aval para a opressão, nem em empecilhos para o acesso ao mundo profissional e o direito de salários compatíveis com a função desempenhada sem distinção entre os sexos. Isso representa um modelo de conduta no qual as peculiaridades existentes entre homens e mulheres são consideradas, levando a formulações teóricas eficazes sobre as relações social e culturalmente construídas entre os sexos, denominadas relações de gênero, o que também implica em relações de poder.

No meio acadêmico, o conceito de gênero foi introduzido a partir da constatação de que o feminismo em seu confronto com os mecanismos de dominação e subordinação levava à emergência de novas categorias analíticas que não se encaixavam nos paradigmas clássicos e que esses paradigmas não conseguiam elaborar modelos explicativos mais flexíveis para analisar a situação específica da mulher como sujeito social e histórico.

Embora num sentido mais restrito, o conceito de gênero se refira aos estudos que têm a mulher, a criança, a família, a sexualidade, a maternidade, entre outros, como foco de pesquisas; num sentido amplo, o gênero é entendido como uma construção social, histórica e cultural,

elaborada sobre as diferenças sexuais e às relações construídas entre os dois sexos. Estas estão imbricadas com as relações de poder que revelam os conflitos e as contradições que marcam uma sociedade onde a tônica é dada pela desigualdade, seja ela de classe, gênero, raça ou etnia. Com isso se permitiu alguma visibilidade a movimentos sociais emergentes cujo objetivo era a denúncia contra a discriminação, impondo-se a necessidade de um olhar diferenciado para as ambiguidades da ordenação social. Dessa perspectiva se considera que as configurações de poder entre os gêneros, da mesma forma que os significados, as normatizações valorativas, as práticas e os símbolos, variam de acordo com as culturas, a religião, a economia, as classes sociais, as raças, os momentos históricos, etc. Formam-se assim redes de significações que se edificam e se relacionam, atuando em todos os âmbitos da vida cotidiana. As desigualdades entre os gêneros e as que envolvem idade, classes sociais, raças e opções sexuais alternativas, efetivam mecanismos de produção e reprodução da discriminação.

Esses mecanismos adquirem concretude em todas as instâncias da vida social pública e privada: na profissão, no trabalho, no casamento, na descendência, no padrão de vida, na sexualidade, nos meios de comunicação e nas ciências. Assim, a utilização do termo implica numa rejeição às diferenças assentadas simplesmente no aspecto biológico e demonstra, por parte da perspectiva teórica feminista, uma absoluta rejeição aos enfoques naturalistas que envolvem a aceitação da categoria implícita de subordinação da mulher ao homem baseada nas estruturas biológicas de cada indivíduo de uma mesma espécie.

O movimento feminista pode ser considerado a ruptura que possibilitou uma das transformações mais radicais deste século que foi a modificação da posição das mulheres na sociedade ocidental. Em poucas décadas o feminismo mudou relações de autoridade milenares, abalou a estrutura tradicional familiar e promoveu um rompimento com uma forma de alienação considerada absolutamente natural por séculos, definida pela submissão da mulher ao homem (SORJ, 1992).

Em termos históricos, o feminismo é um fenômeno recente e não influenciou indistintamente as diversas raças, culturas, religiões e classes sociais, podendo ser estudado como um movimento sócio-político que teve repercussões nos diversos campos epistemológicos, com influência na esfera pública e privada, alterando representações e simbologias nos papéis sociais diferenciados reservados a homens e mulheres. A historiografia muitas vezes mostra as mudanças como resultado de uma política de *concessões*, sem considerar que estas são resultado de

atendimento às reivindicações e, portanto, conquistas. Sem o movimento das mulheres, sem a resistência e o desafio que lançaram à sociedade, tais resultados demorariam muito mais para serem implantados.

No entanto, ainda resta muito por fazer dado que as mulheres continuam a receber menores salários no mundo do trabalho e a violência, principalmente no âmbito familiar, continua sendo uma realidade nem sempre denunciada e possui estatística alarmante. Em alguns países do mundo não ocidental a situação de subordinação e inferioridade feminina assume contornos de uma verdadeira escravidão e um atentado aos direitos humanos.

Embora num sentido mais restrito, o conceito de gênero se refira aos estudos que têm a mulher, a criança, a família, a sexualidade, a maternidade, entre outros, como foco de pesquisas; num sentido amplo, o gênero é entendido como uma construção social, histórica e cultural, elaborada sobre as diferenças sexuais e às relações construídas entre os dois sexos. Estas estão imbricadas com as relações de poder que revelam os conflitos e as contradições que marcam uma sociedade onde a tônica é dada pela desigualdade, seja ela de classe, gênero, raça ou etnia. As configurações de poder, os significados, as normatizações valorativas, as práticas e os símbolos, variam de acordo com as culturas, o nível educacional, a religião, a economia, as classes sociais, as raças, os momentos históricos, etc. Formam-se assim redes de significações que se edificam e se relacionam, atuando em todos os âmbitos da vida cotidiana.

As desigualdades de gênero efetivam mecanismos de produção e reprodução da discriminação. Esses mecanismos adquirem consistência em todas as instâncias da vida social pública e privada, na profissão, no trabalho, no casamento, na descendência, no padrão de vida, na sexualidade, nos meios de comunicação e nas ciências. Portanto, a utilização do termo gênero implica numa rejeição às diferenças assentadas simplesmente no aspecto biológico e demonstra, por parte da perspectiva teórica feminista, uma absoluta rejeição aos enfoques naturalistas que envolvem a aceitação da categoria implícita de subordinação da mulher ao homem baseada nas estruturas biológicas de cada indivíduo de uma mesma espécie.

Nessa perspectiva, discute-se a dificuldade de se interpretar a realidade das mulheres partindo da experiência dos homens, por se considerar que os paradigmas construídos do ponto de vista masculino resultam em modelos teóricos inexatos e imprecisos, senão falsos, pois as relações de gênero se definem em diferentes poderes, normas comportamentais, morais e religiosas, até mesmo nas emoções e sentimentos, estruturando a percepção de mundo e a forma

como a sociedade se organiza do ponto de vista simbólico, levando assim ao conceito de alteridade, isto é, a relação com o outro.

Na proposta do conceito de alteridade, a crítica feminista voltou-se para uma reinterpretação da teoria proposta por Marx, pois a opressão da mulher na sociedade capitalista e a sua liberação são também resultantes, em última análise, das lutas contra o capitalismo, concluindo que os países socialistas se dão conta, a cada dia, que a igualdade perante a lei e um acesso igual à educação e à profissionalização não liberam as mulheres das responsabilidades familiares. Tal situação restringe sua participação na vida pública e a possibilidade de fazer carreira.

Atualmente os (as) pesquisadores (as) de gênero estabelecem diferentes análises que consideram as complexidades cada vez mais crescentes na ordenação social, nas quais as diferenças culturais e antropológicas em relação com a alteridade são destacadas, numa tendência do pensamento pós-moderno que incorpora o pluralismo cultural e a diversidade. Assume-se assim o princípio da igualdade na diferença, que significa uma considerável transformação nas representações culturais e no imaginário social, com possibilidades de repercussão e de influência nas relações sociais, representando um modelo de conduta no qual as peculiaridades existentes entre homens e mulheres são consideradas, o que também implica na reordenação dos espaços de poder.

Na América Latina existem diferenças regionais, culturais e de classe que alocam às mulheres papéis diferenciados no panorama social. No âmbito da violência doméstica as mulheres e crianças são as maiores vítimas de cerceamento da liberdade, morte e maus tratos, o que repercute também na edificação de uma sociedade saudável, pois o medo e a opressão não podem coexistir com o desenvolvimento. No entanto, quanto maior o índice de escolaridade, menor aceitação da violência, embora não seu impedimento. Portanto, ressalta-se a importância da educação como ação social que vem ocupando com cada vez maior intensidade a agenda política dos vários países, sendo alavanca essencial para o desenvolvimento.

A partir dos anos 1990 o campo educacional apresentou um aumento progressivo da inclusão do gênero em suas análises, o que não acontecia nas décadas passadas em que esses estudos eram raros. O paradigma explicativo do sujeito universal (padronizado e assexuado), e isento das particularidades de sexo, raça, idade, cultura, comumente adotados nas pesquisas educacionais possibilitavam lacunas explicativas na área, dado que a concepção masculina da

educação, vivenciada na prática por atores femininos, ocasiona contradições e distorções no processo de análise.

Nesse panorama, onde as relações de poder demonstram seu maior impacto, reside o paradoxo do subdesenvolvimento: alijadas das esferas produtivas por conta da anatomia, as mulheres deixam de contribuir aos diversos campos da economia e da política por motivos que vão desde impedimentos familiares ao preconceito, o que repercute no desenvolvimento geral. Porém, o lado mais perverso da dominação/submissão é a adoção de comportamentos masculinos e femininos alienados que não reconhecem que esta existe e causa um profundo abismo entre os sexos, o que leva homens e mulheres a desencontros e à infelicidade pessoal.

### Referências

ALMEIDA, Jane S. de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Unesp, 1998.

ALMEIDA, Jane S. de. **Ler as letras**: por que educar meninas e mulheres? Campinas: Autores Associados, 2007.

MICHEL, Andrée. **El Feminismo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

Jane Soares de Almeida - Universidade de Sorocaba - Uniso.  
Sorocaba | SP | Brasil. Contato: [janesoaresdealmeida@uol.com.br](mailto:janesoaresdealmeida@uol.com.br)